

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRÂES S/A – LAFEPE, inscrito no CNPJ 10.877.926/0001-13, é uma sociedade por ações em regime de economia mista, constituída através da Lei Estadual nº 1.180 de 04 de janeiro de 1966. São objetivos sociais da Companhia a industrialização, comércio, representação, importação, exportação e distribuição de produtos químicos, farmacêuticos, complementos alimentares, hemoderivados, armações e lentes para óculos, bem como a realização de pesquisas técnicas e científicas destinadas ao contínuo desenvolvimento de suas atividades industriais.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade com relação às normas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pela Lei Federal nº 11.638/07 e pela Lei Federal nº 11.941/09, exceto quanto a CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A demonstração de resultado abrangente não está sendo apresentada, pois não há valores a serem apresentados sob esse conceito, ou seja, o resultado do período é igual ao resultado abrangente total.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis foram arredondadas para Reais, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Na Companhia, algumas das estimativas são: a mensuração de provisões de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para os processos cíveis e trabalhistas, provisão de ativos e passivos relacionados a empregados, e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes aos estimados e, conseqüentemente, diferente dos valores presentes nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são realizadas no período em que as estimativas ocorrem e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICA CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, tributos a recuperar e outros recebíveis, assim como valores a pagar a fornecedores e outras dívidas relacionadas com a entrega de caixa ou de outros ativos financeiros para outra entidade.

Instrumentos financeiros estão reconhecidos inicialmente pelo valor nominal. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo acrescido de eventuais rendimentos ou encargos e reduzidos para compatibilizá-los ao valor recuperável.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreende os caixas da matriz e das filiais (farmácias LAFEPE), bancos com liquidez imediata e aplicações financeiras sem risco de mudança de valor de mercado. Portanto, esse grupo está evidenciado na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), elaborada pelo método indireto.

d) Contas a receber de clientes

São registrados pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e não

considera multa, juros ou qualquer forma de atualização monetária por atraso em seus pagamentos.

e) Provisão para perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa

Constituída por montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber. O critério do exercício é uniforme com o do exercício anterior.

f) Estoques

Os insumos, materiais de consumo, produtos terceirizados e mercadorias para revenda são avaliados e registrados pelo custo médio de aquisição. Já os produtos acabados e em elaboração são avaliados e registrados nos estoques pelo custo médio de produção. O critério adotado na apuração dos custos de produção é o custeio por absorção.

g) Impostos a recuperar

Os tributos e contribuições a recuperar decorrem principalmente de IRRF, CSLL, PIS, COFINS, IPI, retidos por órgãos públicos ou pagos por antecipação e que estão apresentados por seu valor nominal.

h) Depósitos judiciais

Apresentados pelos valores originais dos depósitos sem contemplar juros ou atualizações monetárias.

i) Investimentos

Avaliados ao custo de aquisição que não excedem ao valor de realização.

j) Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e construção, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas anuais descritas na Nota Explicativa nº 10.

k) Fornecedores

Demonstrados ao valor original da transação, não contemplando atualização da dívida.

l) Obrigações sociais e tributárias

Representado por dívidas tributárias na esfera federal, estadual e municipal e por folha de pagamento com os respectivos encargos sociais.

m) Provisão para imposto de renda e contribuição social

O LAFEPE adota o regime de “lucro real” para a apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, e efetuou cálculo e recolhimento mensal por estimativa em conformidade com a legislação vigente. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde ao lucro contábil, ajustado por despesas não dedutíveis e receitas não tributáveis determinadas de acordo com a legislação fiscal.

n) Adiantamento de clientes

Representado por recebimentos antecipados, principalmente quando da negociação de convênios, cujo produto objeto da negociação ainda não foi fabricado ou entregue ao cliente.

o) Processos cíveis e trabalhistas

Estão constituídos com base na avaliação de riscos prováveis, suportados por documentos enviados pelo setor jurídico interno e externo, dos fatos conhecidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que seja exigido do LAFEPE a transferência de benefícios econômicos para liquidar a obrigação, e uma estimativa razoável e confiável do valor possa ser feita. Esta prática é coerente com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Estes processos não contemplam a atualização da dívida.

p) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis no prazo de um ano são demonstrados como circulantes. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

q) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o princípio contábil da competência.

As receitas decorrentes da venda de produtos são reconhecidas contabilmente quando são transferidas ao comprador os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos produtos e mercadorias comercializados e quando é provável que sejam gerados benefícios econômicos associados à transação em favor da Companhia.

A receita de vendas é reconhecida líquida de desconto, benefícios comerciais concedidos e impostos incidentes sobre as vendas (IPI, ICMS, PIS e COFINS). Os custos de frete e outros relacionados com as vendas são classificados como despesas de vendas na demonstração do resultado do exercício.

r) Tributação do resultado e das receitas

A Companhia adota a tributação do imposto de renda com base no Lucro Real. Assim, o resultado do exercício, após os ajustes para fins fiscais, é tributado em 15%, mais 10% ao valor que ultrapassar R\$ 240.000,00, a título de imposto de renda (IRPJ) e tributado em 9%, a título de contribuição social (CSLL). A tributação sobre a receita compreende a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), à alíquota de 1,65%, e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), à alíquota de 7,6%.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Caixa	12.449	11.958
Depósitos bancários	169.518	6.445.945
Títulos vinculados ao mercado aberto	129.828.854	137.085.341
	130.010.821	143.543.244

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2022	2021
Fundo Estadual de Saúde de Pernambuco	1.391.788	1.391.788
Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco	7.580.908	7.662.543
Convênios com o Ministério da Saúde	171.027.818	71.361.106
Outras	300.164	308.264
Venda para entrega futura (i) (2.646.422) (2.672.111)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (17.743.120) (15.483.992)
Adiantamento de clientes (ii) (17.302.784) (1.343.388)
	142.608.353	61.224.209

(i) Refere-se ao faturamento para futuro fornecimento por parte da Companhia ao Ministério da Saúde e ao Fundo Estadual de Saúde de Pernambuco, registrados no contas a receber, cuja produção ainda não foi iniciada ou está em processo de elaboração, e cujo recebimento do recurso ainda não foi concretizado até 31 de dezembro de 2022.

(ii) Conta representativa de duas situações: valores recebidos antecipadamente sem a entrega correspondente do produto, caracterizando de fato um adiantamento e que estão apresentados no passivo circulante; e valores recebidos antecipadamente cuja entrega do produto já foi efetuada ocorrendo o devido faturamento, porém a baixa do adiantamento contra as contas a receber não foi

realizada pela dificuldade encontrada no setor financeiro de correlacionar o montante dos pagamentos com as devidas notas fiscais emitidas, pelo fato de o cliente, até a data do levantamento das demonstrações contábeis, não ter identificado as faturas que deveriam ser baixadas com os valores pagos. Por essa razão, decidiu-se evidenciar esta conta como redutora de clientes.

6. ESTOQUES

	2022	2021
Produtos acabados	5.002.255	9.892.445
Produtos em elaboração	3.263.127	3.462.484
Matérias-primas e embalagens	8.566.103	10.689.849
Materiais de consumo	2.482.014	3.169.281
Insumos em poder de terceiros	1.207.515	1.207.515
Produtos prontos terceirizados	87.181	80.091
Almoxarifado	101.926	454.079
Mercadorias para revenda	672.978	711.001
	21.383.100	29.666.746

7. OUTROS CRÉDITOS

	2022	2021
Créditos com funcionários	595.157	534.355
Créditos com fornecedores	1.414.765	550.176
Adiantamentos diversos	27.474	27.474
Créditos com terceiros	334.663	334.663
Outros créditos	2.028.797	1.751.722
	4.400.855	3.198.390

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2022	2021
ICMS Indústria e Filiais	7.816.553	5.392.367
Saldo Negativo CSLL Exercício 2022	3.084.614	-
IPI a compensar Lei Federal 9779/99	438.041	357.478
Crédito de COFINS não cumulativo	35.817	46.783
Outros	834.072	1.058.815

Impostos Retidos s/vendas à Órgãos		
Públicos IN RFB 1234/2012	(i)	3.023.984 2.967.471
Crédito PASEP/COFINS Proc		
08034215120 e 15121	(ii)	2.393.810 1.346.715
		17.626.892 11.169.629

(i) Conforme o Art. 2º da IN 1.234/2012, os órgão públicos ficam obrigados a efetuar retenção na fonte do IR, CSLL, PIS/PASEP e COFINS pelo fornecimento de bens e prestações de serviços em geral. Em 2020, o Ministério da Saúde, passou a efetuar as mencionadas retenções sobre o pagamento de nosso fornecimento de medicamentos. Essas retenções são compensadas nas apurações mensais dos referidos impostos.

(ii) Em 2020, o LAFEPE entrou com o Mandato de Segurança junto à RFB solicitando a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS nas operações de vendas do Hipoclorito. O que foi deferido, gerando um crédito a ser compensado com débitos futuros dos impostos federais via processo eletrônico.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2022	2021
Depósitos judiciais	7.706.753	8.292.835

Valores respaldados pelos assessores jurídicos e desembolsados pela Companhia a espera do desfecho dos processos. Na ocorrência de desfecho favorável, serão revertidos para as disponibilidades da instituição e quando desfavorável os valores serão reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrer a decisão ou acordo judicial.

10. IMOBILIZADO

	Taxas de Depreciação	2022			2021
		Custo	Depreciação/Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	2.395.482	-	2.395.482	2.395.482
Prédios e benfeitorias	4%	44.747.184	(19.758.065)	24.989.119	20.340.285
Móveis, utensílios e instalações	10%	5.696.183	(4.006.405)	1.689.778	1.328.627
Veículos	20%	1.060.689	(1.183.498)	-122.809	-122.809
Máquinas, equipamentos, instalações	-	63.831.597	(36.311.632)	27.519.965	13.837.878
Equipamentos de informática	30%	2.955.076	(2.904.980)	50.096	16.629
Biblioteca		1.004	(146)	858	858
		120.687.215	(64.164.726)	56.522.489	37.796.950
Imobilizado em poder de terceiros		-	-	-	-
Obras em andamento		19.502.988	-	19.502.988	19.502.988
Bens Enviados para conserto		(186.286)	-	(186.286)	-
		140.003.917	(64.164.726)	75.839.191	57.299.938

A Companhia ainda não está aderente a CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Esse pronunciamento exige que os ativos sejam testados quanto a sua recuperabilidade, e caso o valor contábil exceda o valor recuperável uma perda por desvalorização deve ser reconhecida integralmente no exercício.

Em Outubro/2021, foi formalizado o contrato de nº 066/202, originado do processo licitatório nº 032/2021 - PE n 024/2021 para a realização do levantamento patrimonial e identificação do valor recuperável desses ativos, conforme exigências das normas internacionais de contabilidade, especificamente a CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 28 – Propriedade para Investimento e CPC 31- Ativo não Circulante mantido para venda e operação descontinuada. O prazo de conclusão estava previsto para 2022. Em 08/02/2023, o setor de patrimônio, fiscal do contrato mencionado acima, demandou à administração um despacho informando irregularidades na execução do serviço pela empresa contratada, impactando na falta de conclusão dos serviços dentro do prazo estabelecido em contrato. O despacho foi encaminhado à Comissão Permanente de Apuração e Aplicação de Penalidades para abertura de processo administrativo.

11. FORNECEDORES

	2022	2021
Grow Química	3.021.000	1.920.000
Cristália Prod. Quim.Farm. Ltda	118.660.244	54.158.882
Blanver Farmoquímica e Farmaceutica (i)		
S/A	68.120.737	-
(-) Aplicação Financeira - Conta Vinculada Blanver Contr. 75/2021 (ii)(67.670.195)	-
Fornecedores nacionais em geral	7.380.111	3.598.692
Fornecedores estrangeiros	253.821	253.821

Composto principalmente por aquisição de insumos destinados à produção de medicamentos e por aquisição de produtos para revenda. Tem como principal fornecedor a empresa Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda. no âmbito da Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP).

- (i) Em 05/01/2022, foi assinado o contrato de nº 075/2021 entre o LAFEPE e a Blanver Farmoquímica e Farmacêutica S.A. de desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia do produto Dolutegravir, no âmbito da Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP).
- (ii) Refere-se a valores de pagamento a Blanver sob a guarda do LAFEPE aplicado em conta vinculada mais os rendimentos de aplicação financeira. Tendo em vista a existência de disputa judicial envolvendo a BLANVER nos autos do mandato de segurança nº **5054471-08.2020.4.02.510**, que tramita na 31ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, relacionada à patente do produto, de forma a resguardar eventual indenização em caso de insucesso na mencionada ação, foi acordado entre as partes que o LAFEPE deverá transferir 20% (vinte por cento) do valor bruto de cada nota fiscal dos produtos comercializados pelo LAFEPE, para uma conta bancária de sua titularidade. Cujo valor apenas será liberado, caso a Blanver venha ser vencedora da ação judicial ou após o dia 28/04/2026, o que acontecer por último. Conforme determina a cláusula 26ª do mencionado contrato. O saldo da conta vinculada, para melhor evidênciação e por não pertencer ao LAFEPE, está sendo apresentado como uma conta redutora do passivo com o Fornecedor Blanver.

12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

	2022		2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Parcelamento Leis Federais n°s 11.941 e 12.966	1.144.919	919.127	1.077.943	2.900.321
INSS	1.000.351		867.698	
FGTS	345.484		210.042	
Imposto de renda retido na fonte	537.894		430.902	
Imposto de renda da PJ	99.313		99.313	
CSLL	50.160		50.160	
Processos Trabalhistas	114.073		749.997	
Outras obrigações	989.305	1.749.415	856.685	245.768
	4.281.499	2.668.542	4.342.740	3.146.090

13. DIVIDENDOS A PAGAR

	2022	2021
Dividendos a pagar	5.850.134	5.099.753

A Companhia adotava uma política de distribuição de dividendos obrigatório de 6% sobre o lucro líquido ajustado (lucro líquido do exercício deduzido da reserva legal, deduzido ou adicionado da constituição ou realização da reserva de contingência), conforme estabelecido no estatuto social e na Lei Societária.

O último pagamento de dividendos aos acionistas ocorreu no exercício de 2016. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15, a partir do exercício de 2017 o Governo do Estado de Pernambuco, principal acionista, determinou que a Companhia a partir daquele exercício passasse a adotar a modalidade Juros sobre o Capital Próprio. E seus dividendos passaram a serem pagos através do Lucro líquido disponível de cada exercício, com o valor deliberado em AGO. Conforme AGO realizada em 21/06/2022, a deliberação sobre a destinação do valor do resultado líquido disponível de 2021, no montante de R\$ 36.985.215. foi a seguinte: Pagamento aos acionistas à título de dividendos no valor de R\$ 25.942.150; e, R\$ 11.043.065 para constituição de Reserva de Contingências.

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2022	2021
Estoques de terceiros em nosso poder	1.366.616	1.360.356
Credores por devolução	762.152	762.152
Benefícios aos funcionários - SIDE (i)	2.111.580	1.949.688
Outras contas a pagar	2.698.467	2.793.622
	6.938.815	6.865.817

(i) Benefício aos empregados denominado SIDE - Sistema de Desempenho dos Empregados do LAFEPE, o valor de R\$ 2.111.580 se refere ao exercício de 2022, correspondendo a 5% do lucro líquido após a constituição da reserva legal, e será objeto de aprovação da Assembléia dos Acionistas.

15. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

	2022	2021
Juros sobre capital próprio	11.489.587	9.168.972

A partir do exercício de 2017, o Governo do Estado de Pernambuco determinou que a distribuição dos dividendos aos acionistas a partir daquele exercício seria pela

modalidade Juros sobre o Capital Próprio. Em conformidade com o Artigo 9º da Lei Federal 9.249/95 os Juros sobre Capital Próprio foi registrado como despesa financeira, beneficiando fiscalmente a Companhia com a consequente redução do valor da provisão para o IRPJ e para a CSLL, além de remunerar os acionistas. Com relação ao exercício de 2022, o valor do JSCP provisionado foi de R\$ 7.543.296,81.

16. PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL

	2022	2021
Provisão para o IRPJ	393.584	7.334.423
Provisão para a CSLL	-	1.204.249
	393.584	8.538.672

Foi registrada a Provisão do IRPJ e da CSLL no resultado do exercício ao valor de R\$ 18.872.784 e R\$ 6.802.842 respectivamente, apurado conforme demonstrado a seguir:

	R\$	R\$
Lucro antes do IRPJ e CSLL		70.064.670
(+)Total das adições		6.625.851
(-)Total das exclusões		(1.103.385)
(=)Lucro Real		75.587.136
IRPJ (15%)	11.338.071	
Adicional do IRPJ (10% x(Lucro Real >R\$ 240.000))	7.534.713	
Total da Provisão para IRPJ	18.872.784	18.872.784
Total da Provisão para a CSLL (9%)		6.802.842

Os valores a pagar no IRPJ e CSLL reconhecidos no passivo circulante estão apresentados pelo valor da Provisão deduzida dos valores pagos em bases estimadas e IRRF sobre aplicações financeiras no exercício de 2022, conforme demonstrado a seguir:

	IRPJ A PAGAR	CSLL A PAGAR
Provisão do IRPJ e da CSLL	18.872.784	6.802.842
(-) IRRF sobre Aplicações Financeiras em 2022	(3.080.522)	-
(-) Despesas com Patrocínio beneficiada pela Lei Ruanet	(155.000)	-
(-) Pagamentos em bases estimadas em 2022	(15.243.678)	(9.887.456)
IRPJ a pagar	393.584	
Saldo Negativo CSLL a compensar em 2023		(3.084.614)

17. CONTINGÊNCIAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

	2022	2021
Processos trabalhistas	2.456.929	1.821.989
Processos cíveis	5.136.118	886.885
	7.593.048	2.708.874

Amparada pela opinião dos seus assessores jurídicos, a Companhia constituiu provisão, em bases estimadas, dos processos administrativos e judiciais com prognóstico de provável perda.

Os processos classificados com risco de perda possível estão representados como segue:

	2022	2021
Processos trabalhistas (perdas possíveis)	576.546	643.958
Processos cíveis (perdas possíveis)	70.355.929	92.016.678
	70.932.475	92.660.636

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia é de R\$ 87.989.242 (oitenta e sete milhões, novecentos e oitenta e nove mil e duzentos e quarenta dois reais), dividido em 92.246.633 ações ordinárias e 3.087.395 ações preferenciais, sem direito a voto, conforme artigo 6º do estatuto social. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas terão prioridade na fruição de dividendos não cumulativos e no reembolso do capital sem prêmio. As ações não possuem valor nominal. O Estado de Pernambuco possui 95,9% das ações da Companhia.

b) Reservas de capital - Incentivo fiscal

Trata-se de subvenção governamental relativo a isenção/redução do IRPJ concedidos em exercícios anteriores a Lei Federal 11.638/2007, que alterou a Lei Societária e promoveu na mesma o conceito da classificação de subvenções governamentais como reserva de lucros, após seu trânsito no resultado do exercício. Na época da fruição do benefício pela Companhia, essa natureza de transação não transitava no resultado do exercício, sendo registrado diretamente no patrimônio líquido em conta de reserva de capital.

No exercício social de 2016, o valor de R\$ 6.268.403 dessa reserva de capital foi utilizada para absorver o prejuízo contábil apurado naquele ano, sendo ora restabelecida na proposta da Administração para a destinação do lucro do exercício de 2019, aprovada na Assembléia dos Acionistas em 27/07/2020. O restabelecimento da reserva de capital atende ao disposto parágrafo 9º do Art 19 do decreto lei 1.598/77.

c) Reservas de Lucros

As reservas de lucros são representadas pela reserva legal, reserva de subvenção, reserva de contingência e retenção de lucros (lucros à disposição da Assembléia).

19. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Mercado nacional	749.129.520	369.794.050
Mercado Internacional	-	166.728
Outras receitas	7.583	6.189
	749.137.103	369.966.967
(-) Deduções da receita bruta	(8.399.088)	(10.875.522)
Receitas operacionais líquidas	740.738.015	359.091.445

20. CUSTOS DAS VENDAS

	2022	2021
Indústria	(71.732.829)	(50.370.341)
Custo dos produtos terceirizados	(542.637.857)	(198.654.749)
Outros custos	(897.903)	(854.843)
	(615.268.589)	(249.879.933)

21. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2022	2021
Despesas com pessoal e serviços	(38.076.373)	(29.887.047)
Despesas gerais	(15.328.693)	(3.982.428)
Despesas com materiais	(6.884.556)	(3.034.025)
Despesas transferidas na apur. custos	13.375.694	8.751.473
	(46.913.928)	(28.152.027)

22. DESPESAS DE VENDAS

	2022	2021
Despesas com pessoal	(6.854.778)	(6.628.785)
Despesas gerais	(8.121.599)	(8.504.632)
Despesas com materiais	(1.806.201)	(1.250.444)
Reversão (perdas) estimadas líquidas de crédito de liquidação duvidosa	-	(1.527.345)
	(16.782.579)	(17.911.206)

23. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2022	2021
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	15.896.123	4.058.782
Outras receitas financeiras	393.955	89.851
	16.290.078	4.148.633
Despesas Financeiras		
Juros SELIC	(312.465)	(138.678)
Juros SELIC indedutíveis	(6.712)	(4.284)
Juros sobre capital próprio	(7.543.297)	(5.340.436)
Outras despesas financeiras	(161.791)	(17.268)
	(8.024.265)	(5.500.666)
Resultado financeiro líquido	(8.265.813)	(1.352.033)

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém seguros contratados julgados suficientes pela administração para cobrir os riscos ao seu patrimônio.

DIRETORIA

PLÍNIO PIMENTEL FILHO

Diretor Presidente

BETY CÓRDULA

Diretora Técnico Industrial

JOSÉ NIVALDO BRAYNER

Diretor Administrativo Financeiro

DJALMA DANTAS

Diretor Comercial

SÉRGIO LUIZ NORONHA

Diretor Institucional

CONTADOR

MANOEL DE LIMA BARBOSA

Contador – CRC PE nº 017.596/O-4